

UNIVERSIDADES PÚBLICAS QUEREM MAIS VERBAS E EXPANSÃO SÉRIA

Almir Teixeira
Jornalista



Trabalho sobre foto de Jorge Alves

As associações de docentes defendem a PEC 14/2000 para garantir o repasse mínimo de 9,57% do ICMS e pedem uma expansão consistente dos cursos regulares, baseada em contratações por concurso público. Já a Unesp aprova a criação de “unidades diferenciadas organizadas de modo conciso e administradas a custos baixos”

O ano de 2002 passará à história das universidades públicas paulistas como aquele em que o conflito existente nessas instituições, em torno da destinação das verbas, assumiu contornos inéditos ao ganhar as ruas das cidades e os espaços da mídia impressa e eletrônica, escapando aos muros dos *campi*. Assim foi com a greve dos estudantes na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH), e com as tentativas do movimento universitário de barrar a proposta de “expansão” da Unesp em moldes precários, finalmente aprovada no dia 29 de agosto.

Há duas frentes de luta, que se comunicam: uma, “interna”, diz respeito às prioridades na aplicação das verbas pelas respectivas reitorias. Outra, “externa”, é relativa à necessidade de garantir e ampliar o repasse de verbas do governo estadual, entre outros motivos porque o índice de 9,57% da cota-parte do ICMS obtido nos últimos anos não está garantido na Constituição Estadual, e também porque os recursos atualmente recebidos são insuficientes para uma expansão do ensino superior público estadual condizente com as exigências de uma educação de qualidade.

“Não acredito que os governos realizem as mudanças necessárias por iniciativa própria”, diz José Roberto Zan, presidente da Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp). Professor de Sociologia da Arte e da Cultura do Instituto de Artes da Unicamp, ele analisa

que a luta que os movimentos estão desenvolvendo hoje deverá ter continuidade, para que sejam alcançadas as metas de expansão de cursos regulares, “que exigem ampliação da infraestrutura e contratação de docentes e funcionários através de concurso público”.

O presidente da Associação dos Docentes da USP, professor Ciro Correia, do Instituto de Geociências, destaca como principais as seguintes reivindicações ao governo do Estado:

*Os
campi criados agora pela
Unesp não terão estrutura de
pesquisa própria: as disciplinas
serão dadas por docentes de
outros campi*

1) apoio à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 14/2000, que garantirá a estabilidade mínima do percentual do ICMS destinado à universidade, afastando o risco de redução do percentual;

2) destinação, com urgência, de recursos da Previdência Estadual para o pagamento dos aposentados das Universidades: “Queremos manter os aposentados na folha da universidade, mas queremos que venham recursos complementares da Previdência”;

3) que o governo passe a tratar o volume de recursos destinados ao ensino superior em termos de percentual do Produto Interno Bruto (PIB).

Esta última medida fará com que o Estado assuma a responsabilidade pela manutenção dos recursos públicos, sendo obrigado a melhorar seus mecanismos de arrecadação para evitar a evasão fiscal e assim garantir os recursos. A reivindicação da Adusp é de 1,5% do PIB do Estado para o ensino superior, seguindo recomendação da Unesco. A atual dotação não ultrapassa 0,6% do PIB. “Como resposta a este aporte de recursos”, completa o professor Ciro, “a universidade fará uma expansão consistente e competente das vagas, mantendo seu padrão de qualidade”.

Na avaliação do presidente da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), professor Antônio Luís de Andrade, do Departamento de Educação da Unesp de Presidente Prudente, são “eleitoreiras” certas iniciativas relacionadas à educação: “O projeto de expansão da Unesp é uma demonstração clara do poder de fogo que o governo estadual tem do ponto de vista da campanha eleitoral. A tendência, para nós, é de radicalização do movimento em defesa da autonomia e contra o tipo de expansão proposto pelo governo”.

Os presidentes das associações de docentes são unânimes em considerar a greve dos estudantes da FFLCH-USP a maior vitória do ensino público alcançada neste ano. Foram 105 dias de greve, na qual os estudantes conquistaram a contra-



tação de 92 docentes, contra os 12 inicialmente oferecidos pela Comissão de Claros. O número representa um acréscimo de 27,5% ao quadro docente da Faculdade, a mais atingida pela política de “enxugamento” do pessoal aplicada pelos reitores a partir de 1990 em toda a USP.

Como ressaltou o *Informativo Adusp*, a vitória mais importante do movimento da FFLCH-USP, encerrado no dia 14 de agosto, foi “política, no sentido nobre do termo”, por haver revelado para todo o Brasil a situação dramática em que se encontra a universidade pública no país.

Na Unesp os estudantes são pivô de um difícil embate com uma expansão realizada às custas da precariedade. Um aporte de verbas complementares aprovado pela Assembleia Legislativa levou a Unesp a aprovar a criação de novos *campi* nas cidades de Rosana, Dracena, Tupã, Ourinhos, Itapeva,

Registro, Sorocaba e Iperó. Uma das críticas mais contundentes a essa ampliação é que os *campi* criados não terão uma estrutura de pesquisa própria, sendo as disciplinas ministradas por docentes pertencentes a *campi* próximos.

No Relatório sobre o Programa de Ampliação de Vagas da Unesp, de 19 de março de 2002, constam como características das chamadas “unidades diferenciadas” o serem “organizadas acadêmica e administrativamente de modo conciso, mantidas em parceria com municípios ou consórcio de municípios e administradas a custos baixos”. Tais princípios dificilmente podem ser compatíveis com uma universidade que busca equilibrar ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

O último enfrentamento com a Reitoria da Unesp ocorreu no dia 29 de agosto, quando cerca de 400 estudantes, sob chuva, fizeram um protesto em frente ao prédio

da Faculdade de Odontologia de Araçatuba, onde ocorreu a reunião do Conselho Universitário que aprovou o plano de expansão da Unesp. Os alunos pretendiam impedir a entrada dos conselheiros, mas foram reprimidos pelo Pelotão de Choque da Polícia Militar, cujos soldados, acompanhados de cães, postaram-se no interior das dependências universitárias. Esta foi a segunda vez que o Conselho Universitário reuniu-se para votar o plano. Na primeira, em 14 de agosto, na Reitoria da Unesp, os estudantes ocuparam a sala de reuniões e conseguiram impedir as votações.

A expansão questionável não se limita, porém, à Unesp. Também a USP vem criando cursos no interior, enquanto na maioria das unidades atuais persistem números preocupantes de claros docentes, e continuam ocorrendo contratações em regime precário.